

FORÇA DE TRABALHO FEMININA: indicadores quantitativos de exclusão junto aos profissionais das ciências e das artes

Margarete Paneral Araujo^(*)

Judite Sanson de Bem^(**)

Moisés, Waismann^(***)

DOI 10.14393/CEF-v29n2-2016-15

Resumo

O presente artigo destaca de forma teórica e analítica reflexões sobre trabalho, formação e gênero que caracterizam um grupo de profissionais. Metodologicamente, a coleta de dados foi baseada na Relação Anual de Informações Sociais do ano de 2012 (RAIS) e apresentou resultados significativos. Os achados garantem uma reflexão sobre a discriminação e exclusão que estão presentes na amostra estudada de profissionais das ciências e das artes, apesar do grau elevado de educação e formação.

Palavras-chave: Gênero. Formação. Exclusão.

WOMEN'S WORKFORCE: exclusion of quantitative indicators to the professionals of sciences and arts

Abstract

This article highlights the theoretical and analytical way reflections on work, training and gender that characterize a group of professionals . Methodologically data collection was based on the Annual Social Information year 2012 (RAIS) and showed significant results . The findings ensure a reflection on the discrimination and exclusion that are present in the sample studied professionals of the sciences and the arts despite the high level of education and training.

Keywords: Gender. Formation. Exclusion.

^(*) Pós-Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013), Pós-Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UESP (2010), Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004), É professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais UNISALLE. E-mail: mpaneral@terra.com.br.

^(**) Pós-Doutora em Economia da Cultura pela UFGS (2014), Doutorado em História Íbero Americana PUCRS (2001), Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas e professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE. E-mail: jsanson@terra.com.br.

^(***) Doutor em Educação pela UNISINOS (2013). Professor e pesquisador da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais. Coordenador do Observatório UNILASALLE, Trabalho, Gestão e Políticas Públicas. E-mail: moises.waismann@gmail.com.

A temática força de trabalho feminina, no âmbito de profissionais das ciências e das artes, implica formular análises e reflexões multidimensionais e está repleta de significados. Historicamente o contexto social, político e econômico, das últimas três décadas, possibilitou a emergência e a implementação de melhoria de qualidade nas relações humanas e sociais, bem como, na geração de valores para a sociedade, como por exemplo, as políticas inclusivas formadoras de mão de obra, que oportunizaram as mulheres, a expectativa e o exercício profissional, manifestando-se de diferentes formas no cotidiano.

Do cenário organizacional do século XX, estruturado e funcional e de especialização de tarefas, o trabalho vem se alterando, mais recentemente, para um modelo administrativo competitivo, mais flexível e de modificações, tanto na sua organização quanto no sentido, que os trabalhadores lhe atribuem.

O capitalismo, à medida que se desenvolveu desde o século XVIII modificou o ato laboral, explorou, e aos poucos foram criadas legislações que adicionaram benefícios aos trabalhadores. Mas, como todo o processo, em alguns momentos houve retrocessos principalmente a partir dos anos de 1980, nos países mais desenvolvidos e de 1990 no Brasil, com a retirada de parte desses benefícios. Houve o parcelamento, a fragmentação, a precarização e a busca por incessante crescimento da produtividade através da otimização do processo produtivo e flexibilização das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores. Nas novas formas de prestações de serviços, sobretudo o uso das tarefas desregulamentadas, reduziram-se, cada vez mais os trabalhos estáveis e formais que passaram a ser utilizadas pelas empresas.

Assim, as trabalhadoras em geral procuraram adaptar-se à nova realidade de incursão nestes mercados, atualizando-se e passando a ser uma presença crescente e constante nos bancos escolares, buscando conhecimento e uma nova forma de concorrer no mercado, através do estudo e da instrução escolar e superior. Contudo, estes avanços não garantiram uma colocação equânime de posição e remuneração no mercado. Embora em alguns postos de trabalho haja o predomínio de mulheres, em seu exercício, este não é acompanhado de uma valorização, que se percebe na remuneração recebida, o que nos faz refletir sobre eficácia das políticas públicas de empoderamento das mulheres.

Assim, o objetivo geral desse artigo é analisar a temática da força de trabalho feminina, em especial as profissionais das ciências e das artes, atividades tipicamente

exercidas por mulheres, no ano de 2012. O artigo metodologicamente está baseado em dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais de 2012 (RAIS).

Dessa forma, o artigo divide-se nas seguintes seções: essa introdução, um referencial teórico sobre as alterações da força de trabalho, a formação e o empoderamento, a metodologia e a análise dos dados da inserção das mulheres profissionais das ciências e das artes. Por último as conclusões e referências.

Reflexões sobre Trabalho

A palavra “trabalho”, segundo Carmo (2005) tem origem controversa, significando algo penoso, considerando um esforço de sobrevivência, que se transformou ao longo do tempo em uma ação produtiva ou ocupação, gratificante em termos existenciais. O trabalho nunca mereceu a atenção, sendo considerada uma atividade menor para suprir as carências e a sobrevivência. Vários autores clássicos apontam em suas teorias aspectos sobre o trabalho. Max Weber, segundo Carmo (2005, p. 38), por exemplo, declarava, que “[...] a ascensão da economia capitalista tem como base a ideia de predestinação de alguns para o êxito na atividade profissional”. Para Weber os ideais protestantes de “vocação” e a compulsão para o lucro, estão vinculados a compreensão do mundo moderno. A teoria marxista também criticou o modelo de exploração do capitalismo, no qual a forç a de trabalho se transformava em mercadoria com preç o estipulado de acordo com o valor de subsistência.

Assim, se apenas o trabalho gerava riqueza e quem produz tem apenas direitos parciais, portanto, a história do homem consolidou-se na história da luta de classes, dos interesses opostos, subjacentes a toda relação social, segundo Carmo (2005). No século XX segundo Drucker (1997) foi a corrente de pensamento taylorista que considerou o trabalho uma tarefa lógica, com análise, com processo, com fases e o seus controles. Permitiu o aumento da produtividade, evitou o desperdício de tempo, economizou mão de obra, suprimindo gastos desnecessários, criou a racionalização, a mecanização que separou os aspectos intelectuais e manuais do trabalhador.

Segundo Antunes (1999), foi o fordismo que oportunizou a criação da linha de montagem para a fabricação em massa, com o trabalho estruturado, parcial e fragmentado baseado na divisão de tarefas, onde a atividade laboral se reduziu a ação repetitiva,

elevando o grau de mecanização e reduzindo a autonomia. Ambos os modelos de produção foram eficientes por décadas, porém o esgotamento desses métodos gerou outras facetas como o neofordismo, o pós-fordismo, o toyotismo (das indústrias Toyota), a especialização flexível, os círculos de controle de qualidade, etc., e a revalorização da força de trabalho para evitar a crise da produção (ANTUNES, 1999).

Nessas transformações do trabalho, causadas pelo avanço tecnológico, pelas formas de acumulação flexível e pelos modelos alternativos ao binômio citado, introduziram-se técnicas e máquinas que mudaram rapidamente a produção e criaram um modelo composto por “automatização, *just-in-time*, trabalho em equipe, flexibilização da mão de obra, gestão participativa, e mais controle de qualidade” ressaltou Antunes (1999, p. 190). Ficou claro que essas valorizações do capital, a difusão dessas tecnologias, obrigaram uma reestruturação das organizações, bem como, das relações de trabalho, baseada na concorrência globalizada, tornando-se marco das transformações nos últimos anos. Bauman (1999) destacou, nesse sentido, que a ideia de “globalização refere-se explicitamente às forças anônimas” (BAUMAN, 1999, p. 68).

Os surgimentos de novas concepções de trabalho deram lugar a formas mais desregulamentadas, reduzindo os trabalhos estáveis e formais. Uma economia, quase sem trabalhadores é uma verdadeira transformação social. Estas reflexões demonstram que a discussão está se readequando, ou seja, de quantidade para qualidade do trabalho. E qualidade do trabalho passou a ser fundamental, na medida em que, além de satisfazer as suas necessidades materiais e suas carências, destacaram outros sentidos, principalmente porque ofereceram uma identidade aos trabalhadores. Dejours (1997), e Drucker (1997) lembram do trabalho como uma extensão da condição humana. Também Estelle Morin (2001, p. 9), concebeu novas formas de avaliar a organização do trabalho; ou seja,

[...]oferecer aos trabalhadores a possibilidade de realizar algo que tenha sentido, de praticar e de desenvolver suas competências, de exercer seus julgamentos e seu livre arbítrio, de conhecer a evolução de seus desempenhos e de se ajustar.

No entanto, Ferreira (2001, p.144) destacou “que na medida em que o trabalho transformou-se em mero emprego e, portanto em uma mercadoria como outra qualquer, distanciamos-nos da possibilidade de tê-lo profundamente vinculado ao nosso ser interno”. Essa perspectiva, de crítica e oposição a uma nova forma de realização, de vida autêntica e dotada de sentido, dentro e fora do trabalho, recoloca o século XXI em um novo paradigma do pensamento, tornando clara a complexidade de compreendê-lo, tanto para realizar um

trabalho que tenha sentido com formação adequada, como para proporcionar reflexões, para quem o realiza no mundo atual.

Nesse sentido, que a delegação de poder, delegação de autoridade, ou o empoderamento nos leva a pensar nessas diferentes formas e enfoques oferecidos pela sociedade capitalista neoliberal, que ainda utiliza a exclusão social de parcelas das trabalhadoras em idade ativa. Ressalta-se que a exclusão social decorrente do desemprego, do afastamento do trabalho, afeta diversos aspectos da vida - sejam eles culturais, econômicos, sociais, políticos, físicos e psicológicos -, sendo considerados conceitos multifacetados e pluridimensionais.

A abordagem da exclusão e inclusão associa-se à questão social e pode ser discutida e aceita sob os aspectos da produção, trabalho, competitividade, legislação, empregabilidade, contexto organizacional em suas correlações frente às vicissitudes decorrentes, aparecendo ainda, no cenário das empresas como uma preocupação permanente. A globalização definiu uma época de grandes movimentações, cujos mercados exigem trabalhadores generalistas e capacitados, conforme Kotler (1998). As mudanças efetuadas, junto às formas de organização do trabalho, vêm obrigando a todos a conviver com novas tendências, novos processos protagonizando novas responsabilidades, novas formas de relação com os meios e com novos saberes.

A exclusão social envolve diferentes concepções, inclusive aquelas apontadas por Singer (2000) nas estruturas sociais e econômicas. É importante, porém, destacar o papel das empresas, organizações sociais, instituições e sua influencia no comportamento da inclusão e da exclusão e a noção de equidade do trabalho.

O Trabalho Decente, conceito formalizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999, sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerada condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável (OIT, 2011, p.7).

O Brasil, também faz parte deste universo de desigualdade e discriminação.

No Brasil, as discriminações associadas a gênero e raça estão na matriz das desigualdades, contribuindo para a permanência da pobreza e da exclusão social. Foram produzidas historicamente e são reproduzidas cotidianamente no mercado de trabalho e na sociedade. Incorporar a dimensão de gênero e raça à análise do mercado de trabalho implica assumir que a posição da mulher e dos negros é desigual em relação aos homens e aos brancos e que questões como emprego e

desemprego, trabalho precário e remuneração, entre outras, manifestam-se e são vividas de forma desigual entre esses trabalhadores e trabalhadoras (OIT, 2010.p 53).

Isso caracteriza teoricamente o objeto de reflexão desse artigo, visto que, o entendimento das demandas originadas pelas mulheres no que se refere à produção e reprodução das relações de dominação e exploração de gênero acontecem na sociedade e no mundo do trabalho.

Desta forma, tem-se que os dois polos opostos de inserção das mulheres no mercado de trabalho são, na verdade, complementares. As mulheres mais escolarizadas se lançam ao mercado de trabalho, na verdade, porque podem delegar as atividades que lhes são atribuídas no âmbito das famílias a outras mulheres. Muitas destas, por sua vez, delegam a outras mulheres, em regime remunerado, ou de favores. Com isto, forma-se um verdadeiro encadeamento de mulheres na sociedade brasileira, que se ligam por meio da atribuição pelas atividades domésticas (IPEA, 2010, p. 12).

Conforme Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010) a participação feminina no mundo do trabalho é bastante considerável, porém não se traduz em melhoria de sua qualidade de vida, nem em respeito aos seus direitos e mesmo com uma expressiva participação, as mulheres ainda ocupam funções subordinadas aos homens e recebem salários menores. Isso demonstra que a divisão sexual do trabalho é uma premissa na economia capitalista. O afloramento de conquistas e ações que emergem das forças sociais, que envolvem a divisão sexual do trabalho e a inclusão das mulheres nas mudanças no processo de formação são significativas e de forma responsável estão alavancando questões de políticas públicas.

Desde o início da revolução industrial, as questões de gênero vêm ganhando força, à medida que a mulher entrou no mercado de trabalho e gradativamente passou a exercer atividades de competência exclusiva dos homens. Segundo Saffioti (2004, p.56) quanto mais “as feministas se distanciarem do esquema patriarcal de pensamento, melhores serão suas teorias”. Isso porque existe um consenso limitado de que o gênero e a construção social do masculino e do feminino na história é um processo em transformação que sempre identificou a primazia masculina sobre as ações das mulheres. As mulheres vêm lutando não só para diminuir o preconceito, referente às diferenças sexuais, mas tem buscado o reconhecimento da sua capacidade intelectual, da melhoria das condições de participação nos diferentes setores da economia.

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DE GÊNERO E EXCLUSÃO: aproximação dos conceitos

Friedmann (apud LISBOA, 2008, p. 3) afirma que empoderamento “é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”. Ele aponta três tipos de empoderamento, importantes para as unidades domésticas: o social, o político e o psicológico. Assim para Friedmann (2008):

- O social refere-se ao acesso a certas “bases” de produção doméstica, tais como informação, conhecimento e técnicas, e recursos financeiros. Prevê o acesso às instituições e serviços e capacidade de influência ao nível público.
- O político diz respeito ao processo pelo qual são tomadas as decisões; não é apenas o poder de votar, mas, principalmente, o poder da voz e da ação coletiva que importa; significa maior participação no âmbito político inclusive o acesso a ocupar cargos de representação e direção.
- O psicológico ou pessoal inicia com o despertar da consciência em relação à sua autonomia e desenvolvimento pessoal; envolve autoestima e autoconfiança; ter controle sobre a sua própria sexualidade, sobre a reprodução e sobre a sua segurança pessoal; decorre da consciência individual de força. Para tal, há inúmeras formas de combate e, entre elas, a formação e a remuneração.

O conceito de formação, também pode ser definido por valorização social; pela capacidade de articular informações, percepções e conhecimentos necessários à sistematização das atividades; pelo desenvolvimento de habilidades que envolvam várias dimensões dos indivíduos com ênfase em sua capacidade crítica e atuação autônoma, bem como, pelos comportamentos oriundos da participação nos espaços de convívio, que constituem as experiências pessoais. A formação conta também como:

[...] processo de valorização social, que não só envolve conhecimentos técnicos, como também dimensões atitudes e comportamentos inscritos em um currículo oculto conhecimentos abstratos e técnicos e saberes adquiridos dentro e fora das experiências do trabalho, assim como as formas de comportamento e de *know how* adquiridos em outras esferas sociais (LOPES, ARTILES 1998, 187).

A ideia principal enfatiza a autonomia e, portanto, o empoderamento através da apropriação do conhecimento da realidade, processo pelo qual sua liberdade e autodeterminação preenchem gradativamente o espaço. Observa-se que as demandas de novos modos de formação ainda não estão associadas com os modos tradicionais de instituições tão diversas como: “[...] famílias, ou professores e estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que incluem também o governo, a igreja, a escola, etc.” segundo Tanguy (1997, p. 75). Isso porque dentro dessa extensão conceitual, temos uma totalidade de reconstrução da produção intelectual e a renovação dos sistemas de aprendizagem que vem se apresentando como uma nova concepção de formação plural. Nesse sentido, o empoderamento colabora na ação coletiva dos indivíduos e na tomada de decisão e consciência social dos direitos.

O empoderamento é um termo que também assume outras concepções como delegação de poderes, aproximando dos processos de formação. E o fruto dessa correspondência envolve a participação e os saberes adquiridos e construídos, a partir de vivências nas instituições formais e não formais. Essa formação é adquirida pela tomada de uma posição autônoma, a partir das relações sociais, das disputas e decisões em diferentes espaços, existindo disponibilidade prévia para assimilar informações e transmití-las aos diferentes grupos, o que assegura a reprodução da formação, rumo a sua democratização. Nas considerações apresentadas por Demo (1996, p. 52), entende-se,

[...] que os sujeitos são de fato agentes que atuam, dotados de um senso prático, organização política coletiva, solução da educação básica, como competência mínima comum, recuperação da universidade e dos agentes do sistema educativo, do papel da informação, comunicação, cultura, renovação didática e propedêutica, impropriedade das políticas sociais residuais, setorialistas, assistências, desafio da pobreza política, além da formação da competência histórica inovador.

Convém lembrar que por educação, Frigotto (1996, p. 25) considera que, quando apreendida no plano das relações sociais, ela mesma “é constituída e constituinte”. Ao tratá-la num plano mais específico salienta que “tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e divisão do trabalho, produção e reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana”. Nesse sentido, destaca Frigotto (1996, p. 26), que a educação significa:

A educação é, antes de mais nada, o desenvolvimento da potencialidades e a apropriação de “saber social” e conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em situação histórica dada de relações para dar conta de interesses e necessidades.

Sabe-se, que para enfrentar o mercado de trabalho é necessário uma formação com base na obtenção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Formar consiste em capacitar o ser humano a pensar, a se posicionar, a agir exercitando a sua cidadania. Freire (1996, p. 23) complementa dizendo que “embora diferentes entre si, quem forma, se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado.” Ou seja, através de uma análise da educação, a formação do indivíduo pode acontecer através da promoção de alguma forma de cultura, tendo como premissa o aprender a conviver.

Assim, as relações dos trabalhadores com o trabalho e competências traz à luz um novo paradigma, que busca valorizar o ser integral, responsável e comprometido. O ser que sabe-fazer, que sabe-ser. Para Davenport (1994) o capital humano precisa ser desenvolvido para que a pessoa possa ter sua competência reconhecida e se inserir no mercado: com Capacidade, Comportamento, Empenho e Tempo.

Na visão de Gadotti (2000), o pensar na formação envolve categorias complexas que ganham uma importância singular e precisam ser consideradas, pois nascem de uma prática e da reflexão sobre ela. Implica pensar na Cidadania, na planetaridade, na sustentabilidade, na virtualidade, na Globalização, na transdisciplinaridade e certas categorias como transculturalidade, transversalidade, multiculturalidade e outras como complexidade e holismo, na dialogicidade, dialeticidade. Esses desafios apresentam uma nova visão de formação e conseqüentemente de empoderamento voltada para o futuro.

Teses e artigos científicos que abordam a temática categorias de educação, formação de gênero e exclusão ainda são poucas. Na plataforma da Capes alguns trabalhos foram selecionados como significante para refletir sobre o tema do artigo. O primeiro tem como título a Avaliação do perfil de egressos do programa de pós-graduação stricto sensu em educação da UFU: impacto na formação docente e de pesquisador (2004-2009). Foi escrito por Humberto Marcondes Estevam e Selva Guimarães. A pesquisa abordou um universo constituído de trezentos e quarenta e nove egressos titulados. Destes, trinta e um (79%) do gênero feminino e apenas oito (21%) do gênero masculino. Notou-se que uma das principais razões, que levaram os sujeitos a ingressarem no mestrado da universidade em estudo foi à busca da carreira docente e o anseio de realizar um estudo de interesse

peçoal. A pesquisa apontou que o medo da exclusão e da marginalização no seu aperfeiçoamento acadêmico, onde a educação foi caracterizada como algo a ser consumido e que a escola valoriza o saber onde o atributo é socialmente definido como o "valor da educação".

O segundo estudo intitulado Educação, relações de gênero e diversidade sexual, foi escrito por Nilson Fernandes Dinis. A pesquisa demonstrou que educação deve ser também um espaço de cidadania e respeito aos direitos humanos, o que tem levado o currículo a discutir o tema da inclusão de grupos minoritários prevendo assim a inserção de grupos de gênero. A pesquisa apresentou como causa a predominância de proposições essencialistas e excludentes os conceitos utilizados para pensar identidades sexuais e de gênero. As formas de resistência apontadas foram incluir os estudos de gênero nos cursos de formação docente, a análise crítica de representações sexuais e de gênero produzidas pela mídia e a experimentação de novas formas de linguagem que possam desconstruir estruturas identitárias binárias e excludentes, produzidas pelo discurso educacional.

A tese com nome Adolescência, maternidade e mercado de trabalho: uma relação em construção, escrita por Ogido, Rosalina Schor, Néia abordou o Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC) é uma Organização Não-Governamental, que mantém um programa, cujo objetivo é capacitar adolescentes de 15 a 18 anos, desfavorecidos economicamente, estudantes, residentes em Campinas e região, para a entrada no mercado de trabalho. Durante esse acompanhamento, algumas adolescentes engravidaram e tornaram-se mães, buscando desvelar o lugar da maternidade e da vida profissional na trajetória de vida, antes e depois da maternidade. As dificuldades relatadas para a inserção no mercado de trabalho, a formação educacional, a dependência financeira e a perda da liberdade são fatores de frustração e a experiência do amor materno aparece como experiência positiva. A tese conclui que a necessidade de uma mudança nas relações de gênero, com maior igualdade de direitos, como pré-condição necessária à inserção da mulher no mercado de trabalho, em especial, daquelas que são mães.

A tese Educação inclusiva: princípios e representação, também tem aproximação com o tema. Escrita por Nakayama (2007), objetivou definir os princípios da Educação Inclusiva, organizados a partir da Legislação atual, principalmente da Declaração de Salamanca de 1994, com o intuito de apontar parâmetros de avaliação da

escola em seus processos de ensinar cada uma das crianças e jovens. Tem como objeto de estudo as questões de preconceito e discriminação, que geram mecanismos de exclusão, principalmente os referentes às questões de capacidade, étnico raciais, gênero e socioeconômicas. Os dados obtidos foram então cotejados aos princípios da educação inclusiva, assim definidos: Aceitação das diferenças; Acessibilidade; Currículo Multicultural Crítico, Por uma nova Pedagogia; Formação do Professor Crítico-Reflexivo, Avaliação Formativa; Gestão Participativa; Interação Escola x Família x Comunidade e Serviço de Apoio Pedagógico Especializado. Conclui-se que a escola inclusiva representa a possibilidade de um complexo trabalho de desconstrução da cultura excludente escolar, para em seu lugar, promover o estudo pela colaboração, num ambiente em que a diversidade seja o tônus de toda a aprendizagem e cada uma das pessoas sinta-se parte ativa do processo de renovação educacional e de suas vidas. A revisão teórica destaca várias categorias que se entrelaçam, assim para compreender o estudo realizado segue os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Metodologia

O artigo se concentra num estudo descritivo que, de acordo com o Triviños (1987), exige diversas informações sobre o que o pesquisador deseja investigar, como: características, problemas, métodos, mercado, entre outros. Esse tipo de pesquisa busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas, como o caso deste estudo.

Richardson (1999, p. 80) menciona que “os estudos que empregam uma metodologia quantitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Ressalta também, que podem “contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos” (RICHARDSON, 1999, p. 81).

Nesse sentido, o universo pesquisado recebeu um recorte feito a partir do grande grupo de atividades profissionais da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) de 2012.

Esse grupo selecionado por profissional das ciências e das artes é composto por pesquisadores e profissionais policientíficos; das ciências exatas, físicas e da engenharia; das ciências biológicas, da saúde e afins; do ensino; das ciências jurídicas; das ciências sociais e humanas; comunicadores, artistas e religiosos; e por fim da área da gastronomia.

Análise dos dados

Com o objetivo de analisar a temática da força de trabalho feminina e a formação das mulheres, especialmente as profissionais das ciências e das artes conforme a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) tem-se por base os dados quantitativos apresentando-se na sequência as análises. A tabela 1 apresenta a quantidade de vínculos formais do conjunto de ocupações, dos profissionais das ciências e das artes, por escolarização e sexo no Brasil no ano de 2012.

Tabela 1 – Quantidade de vínculos no mercado de trabalho formal por escolarização e sexo do conjunto de ocupações e por profissionais das ciências e das artes no Brasil no ano de 2012.

Escolarização	Sexo	Conjunto das Ocupações	Profissionais das ciências e das artes
Ensino Médio	Feminino	9.331.484	352.781
	Total	20.996.292	533.783
Ensino Superior Incompleto	Feminino	988.777	113.572
	Total	1.901.385	204.901
Ensino Superior	Feminino	4.801.636	2.484.724
	Total	8.177.811	4.023.903
Mestrado	Feminino	114.961	84.332
	Total	205.648	150.453
Doutorado	Feminino	29.111	23.784
	Total	63.402	51.935
Total	Feminino	20.156.532	3.117.164
	Total	47.458.712	5.063.308

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais de 2012 disponíveis em www.mte.gov.br

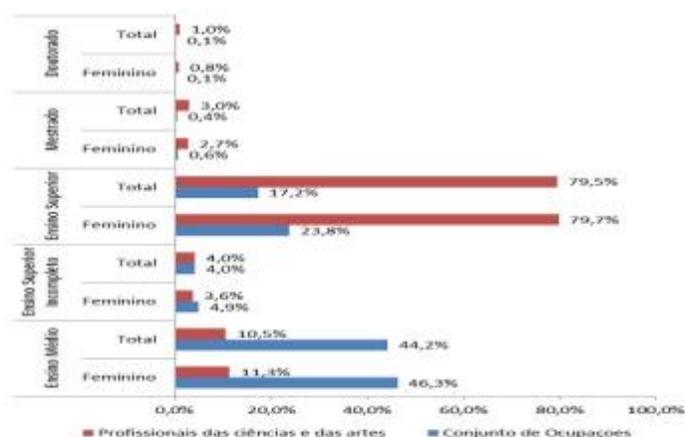
A tabela 1 exibe a proporção das mulheres no mercado formal. Percebe-se que existe uma concentração de vínculos com ensino médio (20.996 mil) no conjunto total de ocupações, sendo que os vínculos femininos totalizam 9.331 mil. Entre os profissionais das ciências e das artes, a maior concentração dos vínculos, tanto o total (4.023 mil) quanto os femininos (2.484 mil) estão concentrados no estrato com ensino superior.

É possível visualizar, que o sexo feminino tem proporções muito significativas nos níveis de ensino superior incompleto, completo e no mestrado, superando o número total, onde estão incluídos os homens, no conjunto de ocupações. Infere-se que no estrato doutorado as mulheres não representam maioria.

Já para os profissionais das ciências e das artes considera-se uma representação destacada das mulheres que totalizam 2.484.724 (62%) com escolarização superior. Esses resultados são favoráveis, pois não só mostram uma maior quantidade de mulheres no mercado das ciências e das artes, como também com *know how* para o mercado de trabalho e às condicionalidades para aceitar um emprego advindo de suas capacidades. Esta realidade acompanha o perfil dos vínculos associados a estas ocupações, pois são profissionais e pesquisadoras das mais diferentes áreas do conhecimento, bem como, comunicadores, artistas, religiosos e profissionais da gastronomia.

A figura 1 mostra a distribuição da proporção dos vínculos do conjunto de ocupações e dos profissionais das ciências e das artes no Brasil sobre o conjunto dos vínculos escolarizados, no mercado de trabalho formal por escolarização e sexo no ano de 2012. A figura tem como finalidade ver, sob outra perspectiva, os dados da tabela 1.

Figura 1 – Proporção dos vínculos do conjunto de ocupações e dos profissionais das ciências e das artes no Brasil sobre a escolarização geral, no mercado de trabalho formal por escolarização e sexo no ano de 2012.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais de 2012 disponíveis em <www.mte.gov.br>

Ao analisar a figura 1 pode-se perceber, que do total de vínculos com ocupação nas ciências e das artes 79,5% tinham o ensino superior. O conjunto das ocupações condensa 44,2% dos vínculos com escolarização de ensino médio, dos quais os vínculos femininos representavam 46,3% desse total. Esta representatividade oportuniza reflexões como, por exemplo, como estas atividades em análise são tradicionalmente ocupadas por mulheres e elas tradicionalmente têm menos reconhecimento social? Mas, isto não significa que esse evento deixe de ocorrer com as demais ocupações do mercado de trabalho formal ou informal.

A tabela 2 apresenta o valor da remuneração por hora de trabalho dos vínculos no mercado de trabalho formal, por escolarização e sexo, do conjunto de ocupações e dos profissionais das ciências e das artes no Brasil em 2012.

Tabela 2 – Valor da remuneração por hora de trabalho (R\$/h) dos vínculos no mercado de trabalho formal por escolarização e sexo do conjunto de ocupações e por profissionais das ciências e das artes no Brasil no ano de 2012.

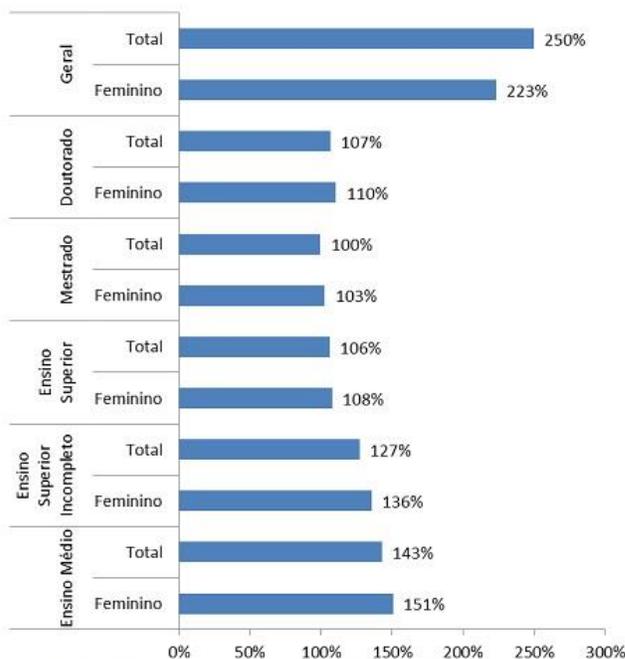
Escolarização	Sexo	Conjunto das Ocupações	Profissionais das ciências e das artes
Ensino Médio	Feminino	6,43	9,68
	Total	7,72	11,02
Ensino Superior Incompleto	Feminino	9,68	13,12
	Total	11,74	14,95
Ensino Superior	Feminino	21,50	23,22
	Total	26,62	28,27
Mestrado	Feminino	32,50	33,38
	Total	39,66	39,51
Doutorado	Feminino	50,21	55,47
	Total	56,87	60,67
Total	Feminino	9,54	21,29
	Total	10,34	25,83

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais de 2012 disponíveis em <www.mte.gov.br>

A tabela 2 mostra que, no conjunto das ocupações, e independente da escolarização, o valor da remuneração por hora de trabalho (R\$/h) é inferior para as mulheres, do que no total, considerando a remuneração em conjunto. Os vínculos que desempenham as suas atividades no conjunto das ocupações, nas mais diversas categorias de escolarização, percebem menos que os vínculos profissionais das ciências e das artes, e esse dado se constitui num percentual importante. Também no total das ocupações, percebeu-se que independente do grau de escolarização, as mulheres ganham menos que o total geral. Isto mostra que as mulheres, mesmo aumentando o seu grau de escolarização, não tinham reconhecida sua competência no que diz respeito à valorização em unidades monetárias, ou valor econômico das atividades desempenhadas. Verificou-se também entre as profissionais das ciências e das artes esta diferença de remuneração.

A figura 2 apresenta a proporção do valor da remuneração, por hora de trabalho, dos vínculos no mercado de trabalho formal, por escolarização e sexo, dos profissionais das ciências e das artes no Brasil sobre o conjunto de ocupações no ano de 2012.

Figura 2 – Proporção do valor da remuneração por hora de trabalho dos vínculos no mercado de trabalho formal por escolarização e sexo dos profissionais das ciências e das artes no Brasil sobre o conjunto de ocupações no ano de 2012.

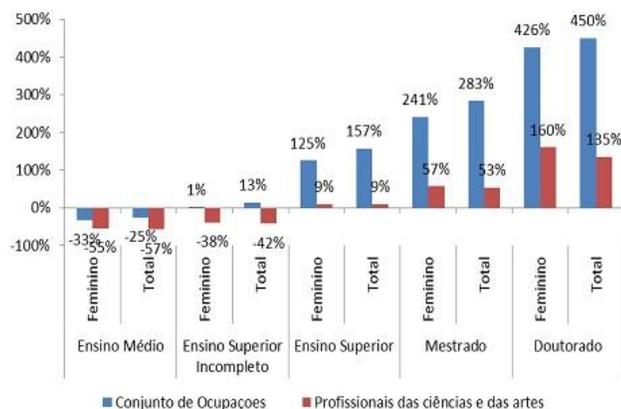


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais de 2012 disponíveis em <www.mte.gov.br>

Na figura 2 é possível perceber que à medida que há um aumento da escolarização, os profissionais das ciências e das artes passam a ver diminuídas as diferenças de remuneração com o total de vínculos no Brasil, em 2012, ao mesmo tempo em que os trabalhadores que desempenham suas atividades como profissionais das ciências e das artes ganham mais que o conjunto de ocupações. Notou-se que no geral, o total dos trabalhadores ganha 250% a mais por R\$/h e a força de trabalho feminina 223%. As profissionais com mestrado e doutorado, nas áreas das ciências e das artes, por serem atividades de pesquisa, precipuamente, e exigirem uma maior dedicação aos estudos, vêm a diferença de remuneração por hora ser reduzida, em relação ao total (homens e mulheres).

A figura 3 apresenta a diferença, em percentual, da remuneração por hora de trabalho dos vínculos femininos sobre o total no mercado de trabalho formal por escolarização e sexo do conjunto de ocupações e por profissionais das ciências e das artes no Brasil no ano de 2012.

Figura 3 – Diferença, em percentual, da remuneração por hora de trabalho dos vínculos femininos sobre o total no mercado de trabalho formal por escolarização e sexo do conjunto de ocupações e por profissionais das ciências e das artes no Brasil no ano de 2012.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais de 2012 disponíveis em <www.mte.gov.br>

Na figura 3 percebeu-se que à medida que a escolarização aumenta a diferença de remuneração também aumenta, ou seja, enquanto no ensino superior, no total, a diferença de remuneração, maior para o total (homens e mulheres) é 157%, neste mesmo estrato para as ciências e artes é de 9%. No mesmo grau de escolaridade, só considerando o gênero feminino, os valores se reduzem para 125% (total) e 9% (ciências e artes). Nesta mesma figura 3 percebeu-se que a maior diferença está no grau de escolaridade doutorado, pois chegou a ser de 300%.

As análises permitiram identificar nesse artigo que a temática da força de trabalho feminina, em especial as profissionais das ciências e das artes, atividades tipicamente exercidas por mulheres, no ano de 2012, possuem desvantagens se comparados com o número total de trabalhadores. Os dados analisados permitem extrair algumas conclusões:

- Que o sexo feminino tem proporções muito significativas nos níveis de ensino superior inclusive no mestrado. Porém, no estrato doutorado as mulheres não representam maioria. Nesse sentido, também os dados mostram, que do total de vínculos nas ocupações nas ciências e das artes tinham o ensino superior.
- No conjunto das ocupações, o valor da remuneração por hora de trabalho foi considerado inferior para as mulheres no período em estudo, independente da escolarização, e considerando o total, da remuneração em conjunto. É

possível perceber, que à medida que há um aumento da escolarização, os profissionais das ciências e das artes essas diferenças de remuneração também foram diminuindo.

- Essas análises permitiram identificar nesse estudo que a temática da força de trabalho feminina, em especial as profissionais das ciências e das artes, possuem desvantagens se comparados com o número total de trabalhadores.
- O estudo possui limitações, visto o período e os dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais de 2012 (RAIS), mas oferece condições de reflexões dessa temática.

Conclusão

Basicamente, a própria sociedade assumiu, que a mulher continua sendo discriminada, e que dessa captura quantitativa, de uma amostra limitada já se evidenciou diferentes processos de exclusão. Não é do século XXI, que a inferiorização da mulher, como agente produtivo, ocupa diferentes reflexões mundiais. Desde o momento, em que há a intensificação da divisão do trabalho e que, a necessidade da complementaridade de renda se faz necessária, a mulher ainda vem enfrentando constantes perdas de valores no exercício de suas atividades.

As reflexões apresentadas sobre as transformações do trabalho, potencializadas pelo avanço tecnológico, que oportunizaram as novas concepções de trabalho e deram lugar a formas mais desregulamentadas afetaram os diferentes aspectos da vida. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010) apresentou, que apesar da participação das mulheres no mundo do trabalho a divisão sexual do trabalho, ainda é uma premissa na economia capitalista. As conquistas e ações, que emergem das forças sociais e a inclusão das mulheres, nas mudanças desse processo acontecem em parte pela formação, que alavanca as questões de políticas públicas.

O empoderamento é um termo que vem propiciando múltiplas concepções relacionadas com a delegação de poderes, e, portanto se aproxima dos processos de formação. O processo de empoderamento vem tomando uma magnitude crescente, sobretudo, quando organismos como a ONU e a OIT tem trabalhado a necessidade de valorização desta fração do gênero feminino, tão expressiva das sociedades, que já são a

maioria da população mundial. Nesse sentido, a educação e sua inserção com dignidade no mercado faz parte de uma ampla campanha e também dos objetivos do Milênio da ONU.

Ao contrário das políticas de assistencialismo, as políticas de formação que oportunizam o empoderamento, voltadas para o ingresso em instituições de nível superior e de pesquisa estabeleceram atuação prática, cujas ações sociais, oportunizaram o aprofundamento de conhecimentos científicos, onde a beneficiada é a própria sociedade. Ao demonstrar, quantitativamente, que no Brasil, ainda há uma inferiorização, tanto no mercado total, quanto no das ocupações de Ciências e nas Artes, faz-se necessário uma maior atenção, por parte das políticas públicas, para o processo de inclusão e formação de mão de obra feminina.

As novas gerações deverão ter uma educação construída sob esta nova realidade: a promoção da redução das desigualdades, a tolerância, e a dimensão econômica baseada em indicadores de aumento do bem-estar. Estas dimensões estão servindo de diretrizes para os trabalhos do próprio Banco Mundial, como os realizados por Amartia Sen, nos anos de 1990, que já salientava que as nações mais desenvolvidas foram aquelas, que reduziram o analfabetismo das mulheres e lhes garantiram a autonomia e o direito de ir e vir.

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BAUMAN, Z. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais 2012*. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/rais/>. Acesso em 26/06/2015.

CARMO, P. S. do. *A Ideologia do Trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.

DAVENPORT, Thomas H. *Reengenharia de Processos: como inovar na empresa através da tecnologia da informação*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

DEJOURS, C. *A Loucura do Trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C. *O Fator Humano*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEMO, P. *Participação é conquista*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DINIS, N. Educação, relações de gênero e diversidade sexual, In *Educação & Sociedade*, Vol.29, n 01, August 2008, pp.477-492. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf>. Acesso em maio de 2016.

DRUCKER, P. **Fator Humano e Desempenho**. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

ESTEVAM, H. M.; GUIMARÃES, S. Avaliação do perfil de egressos do programa de pós-graduação stricto sensu em educação da UFU: impacto na formação docente e de pesquisador (2004-2009) In *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Vol.16, n 3, Nov. , 2011, pp.703-730. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n3/v16n1a12.pdf>. Acesso em maio de 2016.

FERREIRA, D. *Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação*. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2001.

KOVÁCS, I. Qualificações e Ensino/ Formação na Era da Globalização. In: FERREIRA, D. *Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação*. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

MARX, K. *Teorias da Mais-Valia: Histórias críticas do pensamento econômico – livro 4 de “O Capital”* / Karl Marx; trad. Reginaldo San't Anna. v. 3 São Paulo: Diefel, 1980.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MORIN, E. M. Os Sentidos do Trabalho. *RAE – Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: FGV/ EAESP, v. 41, n 3, jul/ set. p. 8 – 19, 2001.

SINGER, P. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. Coleção Brasil Urgente, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. *A educação e a crise do capitalismo real*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, M. *A Educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FRIEDMAN, J. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras, Celta, 1996.

KOTLER, P. *Administração de Marketing*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LISBOA, T. K. *O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 25 a 28 agosto de 2008.

Disponível em: https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/6-empoderamento-teresa_kleba_lisboa_11.pdf. Acessado em: 26 jun. 2015.

LOPES, A.; ARTILLES, M. *Las relaciones entre formacion y empleo: que formacion para que empleo?* In Formação e Trabalho e competência: questões atuais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

NAKAYAMA, A. *Educação inclusiva: princípios e representação.* (Tese) Doutorado em Educação. USP. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07122007-152417/pt-br.php>. Acesso em 20 de maio de 2016.

IPEA. *Comunicados do Ipea*. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/mulher/100308_comu40mulheres.pdf. Acessado em: 26.06.2015.

OIT BRASIL. *Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios* / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2010 ca. 216 p. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade_genero_262.pdf. Acessado em: 26.06.2015.

OIT BRASIL. *I Conferência nacional de emprego e trabalho decente*/ Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/textosubsidio.pdf. Acessado em: 26.06.2015.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TANGUY, L. (Org.). *Saberes e Competência: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas-SP: Papyrus, 1997.

TRIVIÑOS, A. N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.